**Reunião Ordinária – Data: 23/05/2024**

**Ata n° 05**

Ao vigésimo terceiro dia do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, deu-se início à Reunião Ordinária do Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial de Criciúma – COMPIRC, de forma presencial, às nove horas da manhã. Estavam presentes os seguintes Conselheiros (as): Janaina Machado dos Santos (Gabinete do Prefeito); Danielli Medeiros Basílio (Procuradoria-Geral do Município); Andreza Aparecida Fidelis (Secretaria Municipal de Educação); Nei Alan Martins (Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação); Luiz Paulo dos Santos (Fundação Municipal de Esportes – FME); Alexandre Valdemar da Rosa (Polícia Militar); Remerson Luiz Vicência (Diretoria de Trânsito e Transporte – DTT); Munique do Nascimento (COPIRC); Lidia Piúcco Ugioni (Ordem dos Advogados – OAB); Ivan de Souza Ribeiro (Anarquistas Contra o Racismo-ACR); Maria Estela Costa da Silva (Movimento Organizado Maura Martins Vicência); Michele Campos Faustino Martins (Sindicato dos Servidores Públicos – SISERP); A Presidente Maria Estela Costa da Silva deu início à reunião dando as boas vindas e agradecendo pela presença de todos. Após apresentou a professora e nova conselheira Janaína Machado dos Santos (Gabinete do Prefeito) aos presentes. Seguidamente se fez a leitura do segundo ponto de pauta: Encaminhamentos sobre a saúde da População negra. Onde se passa a palavra a conselheira Munique do Nascimento (COPIRC) a qual relatou sobre a reunião do Comitê Técnico De Saúde Da População Negra que aconteceu no dia anterior (vite e dois de maio de dois mil e vinte e quatro) e se teve um resultado positivo. A conselheira informou sobre muitos protocolos na saúde e solicitou que o conselho incluísse aos protocolos existentes o cuidado com a saúde da população negra. Sendo definido dois representantes, membros do conselho para estarem escrevendo nestes protocolos. Seguiu informando a todos que já deixaram marcadas as reuniões do comitê do ano inteiro, para ser sempre nas quartas-feiras na parte da tarde. A seguir, o conselheiro Ivan de Souza Ribeiro (Anarquistas Contra o Racismo-ACR) iniciou sua fala: “Trago aqui uma sugestão de estarmos criando um formulário onde será preenchido virtualmente em causa de denuncias de racismo. Pois as informações estão chegando muito difusas. Atualmente existe um dispositivo sendo criado pela prefeitura com função de criar um formulário virtual o qual todas as denúncias de racismo sejam anexadas naquele site para a visualização e consulta. Inclusive o Sargento Alexandre seria mais eficaz para captura de dados. Desta forma teremos acompanhamento permanente dos casos de racismos do município de Criciúma, assim alimentando o que já foi discutido a um tempo atrás sobre a melhora nas politicas publicas com esses dados informativos”. Assim o conselheiro Ivan explicou sua sugestão a todos e finalizou sua fala. Pediu a palavra a conselheira Michele Campos Faustino Martins (Sindicato dos Servidores Públicos – SISERP) complementou o discorrido pelo conselheiro Ivan. A mesma expõe ter achado uma boa ideia tanto para comparações futuras de como era o racismo e como com o passar do tempo se modificou. Ademais, seguiu com um questionamento da Presidente “Como será o encaminhamento deste formulário?”. Após todos os conselheiros entrarem em um consenso e concordância foi se decidido esperar até a próxima reunião onde todos se farão presentes para começar a desenvolver o formato e funcionamento deste novo formulário. Assim, a Presidente pediu a conselheira Munique que fizesse parte da construção deste formulário juntamente com dois conselheiros. A Presidente se dispusera a pedir conselhos de demais entidades para ajudar nesta construção com ideias, referencias e seus conhecimentos. O Sargento Alexandre questionou a Presidente, se não haveria algum formulário pronto, para ser pego de exemplo de perguntas e questionamentos. A Presidente Maria Estela, respondeu ao Sargento Alexandre, que poderia ir atrás das responsáveis do “Maria Mulher” centro de vivências, projetos, legados e inserções de mulheres negras nos espaços sociais do Rio Grande do Sul, a qual têm feito um trabalho muito interessante na área da saúde do Rio Grande do Sul, expôs a Presidente. E diante disso, a mesma, ficou de ir atrás para trazer mais informações para correlacionar com o projeto destinado as mulheres negras de Criciúma. O Conselheiro Ivan, pediu a fala e expôs os demais presentes que as mulheres não negras, da área da saúde de Criciúma, a qual não fazem parte da COMPIRC e nem do Movimento Negro, estão se interessando para que quanto mais subsídio de ações de políticas em relação as saúdes da população negra conseguir-se ser disponibilizado a elas, melhor. Concluiu o Conselheiro Ivan. Logo após, a Conselheira Munique pediu a palavra e relatou os documentos que poderiam ser encaminhados a elas, como a Política Nacional, Regimento do COMPIRC, a última resolução do mês de maio.. e assim as mesmas, irem se qualificando. Expôs a Conselheira Munique “É uma obrigação da saúde, se qualificar para atender essa população.”Em resposta, o Conselheiro Ivan o respondeu “É uma mão de duas vias. Quando elas (Conselheiro se referindo as profissionais da saúde não negras) trazem os protocolos, nós devemos nos inteirar disso e ao mesmo tempo, estarmos subsidiando-as para trazer um olhar social de negros e negras. Finalizou o Conselheiro, e tomou a posse de fala a Presidente Maria Estela, a qual mencionou que tem que se tomar muito cuidado com esse “desejo” de militância, “Muitas pessoas vão se aproveitando da nossa boa vontade como Conselho, se aproveitam desse “poder” a quais nós temos” Citou a Presidente. O Conselheiro tomou a posse de fala novamente e colocou que segundo o Regimento Interno da Saúde da População Negra, do ano de dois mil e doze, o comitê de saúde da população negra não é preponente de decretos, então não é função do Conselho, e na formação do comitê técnico que saiu agora diz o seguinte: “Foi criado um comitê técnico da saúde da população negra sem nomes para o município”, “Os que são da Prefeitura Municipal de Criciúma, estarão dentro do seus horários com seus devidos ajustes de tempo. Já os que são voluntários, não governamentais, são completamente voluntários, sem nenhum tipo de remuneração.” Exclamou o Conselheiro Ivan. Logo após, a Conselheira Munique pediu a fala e citou que este comitê formado, já existe desde o ano de dois mil e doze e citou: “Nada nos impede de irmos melhorando”, a Conselheira mencionou que o Comitê Técnico é dos profissionais que estarão atuando, mas que também tem-se o Conselho de Saúde, conselho a qual têm-se fundos para estar viabilizando verbas para o Comitê, especialmente para a saúde da população negra. Concluiu a Conselheira Munique. Logo após, o Conselheiro Ivan discorreu que o importante do decreto que saiu agora com relação a saúde da população negra, é que abaixo da União, até os Municípios, precisa-se viabilizar economicamente a sua execução. Finalizou o Conselheiro. A Presidente Maria Estela tomou a posse de fala e passou para o próximo ponto de pauta. “Políticas de Ações Afirmativas”, a qual o Conselheiro Ivan se direcionou para dar início ao ponto de pauta relatando: “Nos bastidores de uma reunião juntamente com o Gabinete do Prefeito, surgiu uma preocupação sobre as relações de políticas afirmativas da universidade. Avaliando por semestre, as vagas diminuem bruscamente semestre após semestres, isso se deve ao fato de que a política está minguando. As pessoas que tem cadeira no Conselho representando a UNESC, tanto Normélia, quanto Janaína, nos informaram que são chamadas apenas no momento da divulgação do programa das ações afirmativas, que por consequência, as mesmas, não tem participações efetivas na construção dessas políticas. “Levantando uma questão importante, nós como Conselho Paritário, sabemos que a parte governamental, não tem por uma questão de senso, o poder de ir para cima do município, justamente por situações de vulnerabilidades e fragilidades na questão empregatícia. Então nos propusemos a criar um comitê dentro do COMPIRC, para estarmos nos debruçando em cima das políticas das ações afirmativas da universidade e mediante isso, discutirmos como está sendo feito e a partir disso elaborarmos um documento e marcar uma reunião com a UNESC, para entendermos como está se dando esse processo seletivo. O lançamento das ações afirmativas é lançado só após o fechamento das matrículas, então o acadêmico fica naque berlinda, se ele não se matriculou e não passou no processo seletivo, aquele semestre ele perdeu, tirando que ainda existem cursos que não disponibilizam vagas.” Citou o Conselheiro. O mesmo, mencionou que na semana da presente reunião, na terça feira, havia sido proposto uma reunião para os interessados a participarem deste comitê para discutir essas políticas. O Conselheiro citou alguns nomes: Fernanda da Silva Lima, representando o ( ENEB - Evento Nacional Enactus Brasil) a qual é suplente da Conselheira Estela Machado a qual foi destinado o único interessado para o projeto presente. O Conselheiro Ivan colocou que ficou sabendo, sobre uma reunião interna na segunda feira a noite da Universidade do Extremo Sul – UNESC , as quais as Conselheiras Normélia, Janaína e Fernanda foram convocadas para discutir realmente as questões das ações afirmativas. Então, o Conselheiro Ivan resolveu cancelar essa reunião da terça feira, para justamente saber os procedentes após a reunião feita da Universidade do Extremo Sul – UNESC. Citou que a Universidade é uma estrutura de poder, o racismo estrutural está lá dentro e essa população negroide são os mais fragilizados. A Presidente Maria Estela perguntou ao Conselheiro Ivan para quando teria ficado essa reunião, e o mesmo respondeu: “Em alguma quinta-feira a qual o horário está prestes a ser definido ainda” e o mesmo colocou que quer que se façam presentes as Senhoras Normélia, Janaína e Fernanda, juntamente com o Conselheiro Nei Alan, finalizou o Conselheiro. Em sequência a Conselheira Munique relatou que a mesma história se repete novamente, antes com a COPIRC e agora com a Unesc, “Estamos lutando por algo que por consequência até a universidade deixa de fazer.” exclamou também que tinha ficado deliberado que este conselho, estaria agendando juntamente com a Gerência da Secretaria Municipal de Assistência Social para nos dar um retorno em relação a isso, a qual ainda nada foi feito. A Presidente tomou a posse de fala e direcionou em resposta a Conselheira Munique: “O que eu percebo, é que é extremamente político, não é que não é possível, mas sim uma questão de querencia. Pensando politicamente, eles não irão fazer. Citou a Presidente. Em resposta o Conselheiro Ivan retornou: “A COMPIRC está sendo uma linha de frente de várias instâncias, que não tem a musculatura suficiente para ir pra cima.” Pediu a fala o Conselheiro Nei Alan, e citou: “O que podemos fazer é fazer um ofício/documento, fazer o encaminhamento, colocar um prazo e cobrar resposta." O mesmo, partiu para o conseguinte ponto de pauta “Reconhecimento do COMPIRC junto ao Ministério Público de Santa Catarina” e exclamou: “Para essas demandas em que o Conselho não consegue ter resultado, o próximo passo é encaminhar para as instituições de controle” O Conselheiro Nei Alan citou também que talvez a falta de reconhecimento do Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial – COMPIRC juntamente com o tribunal de contas, pode ter sido o fato da recusa do conselho em responder o questionário encaminhado por meio do Gabinete do Prefeito. O Conselheiro Nei continuou, dizendo seria interessante fazer a criação de um documento, falando que o Conselho tem atuado com afinco na promoção das políticas vigentes de igualdade racial, contudo, quando não colhe os resultados esperados isso não se dá por má vontade do conselho, e, sim por questões políticas que não priorizam o que é previsto na lei. Assim finalizou e passou ao conselheiro Ivan, o qual iniciou sua discussão e apresentação. O conselheiro trouxe um material para apresentar ao demais com intuito de lhes mostrar as politicas publicas da população negra nos municípios catarinenses. O mesmo acreditava que o município de Criciúma se destacaria pela longevidade das politicas publicas que nos encontramos. O conselheiro Ivan exemplificou: “Conselheira Munique, você é cotista desde dois mil e quatro, há vinte anos já e no mesmo concurso que a Munique entrou por cota a Ariza entrou e foi barrada por cotas. Então nosso programa de cotas é longevo. Nos fomos os cinco primeiros municípios do estado que estabelecemos as leis municipais de educação afro, 34710/97°. E em mil novecentos e noventa e oito onde houve uma formação sobre a educação antiracista e aspecto jurídicos, me comunicaram que havia uma lei aprovada porem na tínhamos o tempo necessário para organizá-la. Então este documento me chamou atenção pelos dados de Criciúma. Nesta apresentação traz dados gerais e levantamentos sobre as politicas publicas. A população negra em Criciúma se resume em 23,29% sendo assim um quarto da população do estado se autodeclara negro, preto ou pardo. Lembrando que como estamos falando de autodeclaração ainda temos aquele contexto de que muitos ainda não se autodeclararam pois para elas é vergonhoso se assumir enquanto negro. Depois este material estará todo disponível para vocês no grupo de Whatszapp. Aqui se fala que 17% dos municípios optaram por declarar politicas publicas na área de saúde, cultura, educação e assistência social. E sobre os conselhos municipais de igualdade racial, os municípios responderam não possuir este conselho. A questão de cotas raciais, os municípios responderam sobre as cotas: em Jaguaruna a lei de dois mil e sete, Florianópolis dois mil e seis, São José dois mil e vinte e um, Gaspar dois mil de dezesseis, Imbituba dois mil e dezenove, Itaiópolis dois mil e vinte e três, Pescaria Brava dois mil e vinte e três. A Munique é a cotista de dois mil e quatro, já sendo vinte anos dessa politica. Então esses dados nos traz subsidio de como a situação é complicada. Este foco foi o motivo para trazer tal dados, nos temos politicas de saúde da população negra, nos temos as cotas, nos temos o COMPIRC e a ideia é internamente levantarmos qual a resolução que o município deu. Para que se não responderam, isso não se repita pois e algo de extrema importância. Feito isso, depois pensarmos a questão do Ministério Publico e Tribunal de Contas. E assim questioná-los o que receberam do Município e quais suas respostas para reverem seus dados de Criciúma. Por isso propus esta pauta”. Após o material exposto, os conselheiros debateram, e entraram em consenso de realizar uma votação para oficializar instituições representantes. Logo após, a Presidente iniciou sua fala relatando sobre um memorando que o conselho recebeu do Gabinete dia nove de novembro de dois mil e vinte e três, a mesma faz a leitura de tal documento e em seguida mostrou a todos o oficio que escreveram em resposta ao mesmo onde se falavam da resposta as politicas publicas. Conseguinte se concluiu o material e assunto trazido pelo conselheiro Ivan e a Presidente pediu a conselheira Andreza Aparecida Fidelis (Secretaria Municipal de Educação) falasse um pouco sobre o Programa Municipal de Educação para Diversidade Étnico-Racial (PMEDER) a mesma explicou sobre os últimos acontecidos do programa e seus feitos, onde as escolas estão tentando fazendo seus papéis e protocolos estão sendo aprovados. A conselheira expôs sua felicidades com os pontos positivos obtidos e agora estão trabalhando para que um protocolo saia da gaveta, seguidamente aproveitou a oportunidade para estender o convite da formação que acontecerá com os gestores no dia vinte de junho ás oito e meia no Salão Ouro Negro. Sem mais a tratar, a Presidente Maria Estela, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E eu, Ana Paula Lemos, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.

Janaina Machado dos Santos (Gabinete do Prefeito);

Danielli Medeiros Basílio (Procuradoria-Geral do Município);

Andreza Aparecida Fidelis (Secretaria Municipal de Educação);

Nei Alan Martins (Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação);

Luiz Paulo dos Santos (Fundação Municipal de Esportes – FME);

Alexandre Valdemar da Rosa (Polícia Militar);

Remerson Luiz Vicência (Diretoria de Trânsito e Transporte – DTT);

Munique do Nascimento (COPIRC);

Lidia Piúcco Ugioni (Ordem dos Advogados – OAB);

Ivan de Souza Ribeiro (Anarquistas Contra o Racismo-ACR);

Maria Estela Costa da Silva (Movimento Organizado Maura Martins Vicência);

Michele Campos Faustino Martins (Sindicato dos Servidores Públicos – SISERP)